

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana

CNPJ nº 61.699.567/0017-50
Nota da Administração



Em cumprimento às demonstrações contábeis consolidadas da S.P.D.M – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte os associados da S.P.D.M e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis individuais da unidade gerenciada: **SPDM – NGA Santa Cruz**.

Relatório da Administração
Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.^{as} o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por

o parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M, o parecer da Assembléia dos Associados da S.P.D.M e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis individuais da unidade gerenciada: **SPDM – NGA Santa Cruz**.
mando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por

o parecer do Conselho Fiscal da S.P.D.M, o parecer da Assembléia dos Associados da S.P.D.M e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando para publicação as demonstrações contábeis individuais da unidade gerenciada: **SPDM – NGA Santa Cruz**.
enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101, Alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/14 e Portaria Ministerial 1.970/11 do Ministério da Saúde, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 28/02/2015. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira**. - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios			
Ativo	Nota	2014	2013
Ativo Circulante		8.536.201,73	1.416.699,60
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.1	911.513,83	75.916,80
Caixa Nota 4.1		50,00	50,00
Bancos conta movimento	4.1	76.851,92	18.233,13
Aplicações Financeiras	4.2	834.611,91	57.633,67
Contas a Receber	4.3	7.500.275,81	1.255.452,23
Vlr a Receber Secretaria Saúde do Estado São Paulo	4.3.1	5.070.646,00	950.160,00
Estimativa de Rescisão Contratual	4.3.2	664.013,48	305.292,23
Valores em Negociação- Contrato/Convênio	4.3.3	1.765.616,33	-
Outros Créditos		47.868,88	20.728,41
Adiantamentos a fornecedores	4.4.1	14.722,08	8.852,30
Antecipações salariais		262,19	161,96
Antecipação de férias	4.4.2	32.020,61	10.889,15
Outros créditos e adiantamentos	4.4.3	864,00	825,00
Despesas Pagas Antecipadamente	4.5	19.070,84	14.976,30
Prêmios de seguros e outros a vencer	4.5	19.070,84	14.976,30
Estoques	4.6	57.472,37	49.625,86
Material e Medicamentos	4.6	57.472,37	49.625,86
Ativo Não Circulante		166.170,66	204.030,13
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	4.7	166.170,66	204.030,13
- Bens Móveis		166.170,66	204.030,13
Bens de Terceiros		539.751,31	539.751,31
Ajuste vida útil - bens terceiros		(373.580,65)	(335.721,18)
Total do Ativo		8.702.372,39	1.620.729,73
Contas de Compensação	4.24	-	539.751,31
Operações com Bens/Mercadorias-Terceiros		-	539.751,31
Bens recebidos		-	539.751,31
Total das Compensações Ativas		-	539.751,31

Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios			
Passivo	Nota	2014	2013
Passivo Circulante		8.536.201,73	1.416.699,60
Fornecedores	4.8	33.025,20	30.081,72
Serviços de Terceiros P.Física/Jurídica	4.9	55.312,55	26.997,00
Salários a pagar	4.10	251.920,67	112.141,88
Contribuições a recolher	4.11	64.582,93	27.794,73
Provisão de férias	4.13	399.035,36	154.998,87
Provisão de FGTS sobre férias	4.13	31.922,83	12.399,91
Estimativa de Rescisão Contratual	4.14	664.013,48	305.292,23
Impostos a recolher	4.12	63.414,28	31.063,56
Obrigações Tributárias	4.16	4.442,76	2.697,08
Empréstimo a funcionário Lei10.820/03	4.17	3.180,49	2.341,68
Outras contas a pagar	4.19	626.556,55	18.087,37
Financiamentos/Empréstimos/ Parcelamentos	4.22	1.096.200,00	-
Outros valores de terceiros		-	434.429,16
Convênios/Contratos públicos a realizar	4.20	5.242.594,63	258.374,41
Passivo Não Circulante		166.170,66	204.030,13
Obrigações - Bens Móveis de terceiros	4.21	539.751,31	539.751,31
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros		(373.580,65)	(335.721,18)
Total do Passivo		8.702.372,39	1.620.729,73
Patrimônio Líquido	4.23	-	-
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		8.702.372,39	1.620.729,73
Contas de Compensação	4.24	-	539.751,31
Operações com Bens/Mercadorias-Terceiros		-	539.751,31
Bens recebidos		-	539.751,31
Total das Compensações Passivas		-	539.751,31

Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2014	2013	
Resultados do exercício/período	-	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	-
Resultado na venda de ativos permanentes	-	-	-
Ajuste nas contas patrimoniais	-	-	-
Variações nos ativos e passivos	-	-	-
(Aumento) Redução em contas a receber	6.276.058,59	(1.047.168,55)	
(Aumento) Redução em estoques	(7.846,51)	2.667,57	
Aumento (Redução) em fornecedores	31.259,03	56.935,88	
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	5.992.043,10	100.851,00	
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(37.859,47)	(12.993,96)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(298.462,44)	(899.708,06)	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-	-
(-) Compras de imobilizado	-	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	37.859,47	12.993,96	
(-) Adição de bens intangíveis	-	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	37.859,47	12.993,96	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	-
Empréstimos tomados	7.498.504,08	356.742,37	
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	(6.402.304,08)	(356.742,37)	
Juros pagos por empréstimos	-	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	1.096.200,00	-	
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	835.597,03	(886.714,10)	
No início do período	75.916,80	962.630,90	
No final do período	911.513,83	75.916,80	

Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado			
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
	2014	2013	
1 - Receitas	6.497.888,52	3.347.985,74	
1.1) Prestação de serviços	5.473.932,11	2.756.121,97	
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-	
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercícios Anteriores	4.060,77	720,71	
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	1.019.895,64	591.143,06	
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	1.149.762,09	562.207,48	
2.1) Matérias-primas consumidas	-	-	
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações de serviços	322.067,09	163.576,97	
2.3) Serviço de terceiros e outros	827.695,00	398.630,51	
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	-	-	
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	5.348.126,43	2.785.778,26	
4 - Retenções	-	-	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-	
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	5.348.126,43	2.785.778,26	
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	24.093,51	15.349,77	
6.1) Receitas financeiras	24.093,51	15.349,77	
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	5.372.219,94	2.801.128,03	
8 - Distribuição do Valor Adicionado	5.372.219,94	2.801.128,03	
8.1) Pessoal e encargos	3.905.765,39	2.183.926,71	
8.2) Impostos, taxas e contribuições	22.805,00	2.476,67	
8.3) Juros	127.510,79	7.204,69	
8.4) Aluguéis	296.243,12	16.376,90	
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	1.019.895,64	591.143,06	
8.6) Déficit ou Superávit do Exercício	-	-	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 7) - Valores em Reais						
Descrição	Nota	Patrimônio social	Reservas Reavaliação	Avaliação Patrimonial	Superávit/ Déficit Acumulado	Superávit Déficit Exercício
Saldo 31/12/2012		-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social		-	-	-	-	-
Transferência de Patrimônio		-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação		-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício		-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2013		-	-	-	-	-
Incorporação ao Patrimônio Social		-	-	-	-	-
Transferência de Patrimônio		-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação		-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício		-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2014		-	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2014 e 2.013 - Valores em Reais
1- Contexto Operacional: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembléia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentre seus objetivos, a SPDM prevê em seu Estatuto Social (Cap. II, artigo 4º, Inc. IV): "Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos jurídicos com outras instituições de natureza pública e/ou privada, nacional e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde". Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **1.1- Características da Unidade Gerenciada:** Em 1973 a antiga unidade abrigou pioneiramente em São Paulo o chamado PEP - Programa Especial de Pediatria em cumprimento as determinações contidas na ordem de serviço SBE Nº 401-26 de 05/04/1972 e ODS Nº I.P.R.399 113 de 20/09/1970 que se destinava a dar atenção especial às crianças desde seu nascimento até 4 anos com uma equipe multiprofissio-

Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos			
Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
Receitas Operacionais com Restrições	Nota	2014	2013
Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições	5.1	5.473.932,11	2.756.121,97
Secretaria de Saúde do Estado		5.473.932,11	2.756.121,97
(=) Receita Líquida de Serviços Prestados com Restrições		5.473.932,11	2.756.121,97
(+) Outras Receitas com Restrições		1.048.049,92	607.213,54
Outras Receitas		613,71	30,65
Descontos Recebidos		2.110,86	430,06
Financeiras	4.2	24.093,51	15.349,77
Doações Recebidas	5.3	1.336,20	260,00
Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios	9.1	855.420,79	507.727,13
Isenção usufruída - INSS Serviços Terceiros	9.2	256,90	242,16
Isenção usufruída - COFINS	9.3	164.217,95	82.683,65
Trabalho Voluntário	9.4	-	490,12
(=) Receita Líquida com Restrições		6.521.982,03	3.363.335,51
(-) Custos Dos Serviços Prestados com Restrições		1.965.964,79	1.054.538,89
(-) Serviços - Pessoal Próprio		1.455.811,07	818.660,59
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física		-	-
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica		273.293,34	113.164,06
(-) Manutenção e Conservação		16.614,91	4.409,69
(-) Mercadorias		220.235,95	118.304,55
(-) Financeiras		9,52	-
(-) Outras Despesas		-	-
(-) Tributos		-	-
(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições		4.556.017,24	2.308.796,62
(-) Despesas Operacionais com Restrições		3.536.121,60	1.717.653,56
(-) Serviços - Pessoal Próprio		2.449.954,32	1.365.266,12
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Física		1.284,48	1.210,80
(-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica		706.706,54	234.782,93
(-) Manutenção e Conservação		126.038,85	61.439,93
(-) Mercadorias		101.831,14	45.272,42
(-) Financeiras		127.501,27	7.204,69
(-) Outras Despesas		-	-
(-) Tributos		22.805,00	2.476,67
(-) Outras Despesas com Restrições		1.019.895,64	591.143,06
Isenção usufruída - INSS Serviços Próprios	9.1	855.420,79	507.727,13
Isenção usufruída - INSS Serviços Terceiros	9.2	256,90	242,16
Isenção usufruída - COFINS	9.3	164.217,95	82.683,65
Trabalho Voluntário	9.4	-	490,12
(=) Superávit/Déficit do Exercício com Restrições		-	-

único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (art. 46 I) e Assembléia Geral dos Associados (art. 19 V do Estatuto Social). **2.2-Isenção Tributária e característica da isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e

Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **3.1 - Razão Social da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz:** Rua Santa Cruz, 1.191 - Vila Mariana - São Paulo - SP CEP 04211-001 - CNPJ nº 61.699.567/0017-50.

3.2 - Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000): A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base no Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, correlacionadas às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e levam em consideração os pressupostos e conceitos básicos da contabilidade, como: o regime de competência, continuidade, relevância, materialidade, confiabilidade e primazia da essência sobre a forma. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.). **4.1-Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e, que está sujeitos o insignificante risco de mudança de valor. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2014 o montante de R\$ 76.851,92 conforme demonstrado no quadro abaixo

	31.12.2014	31.12.2013
Saldo em Caixa	50,00	50,00
Saldo em Banco	76.851,92	18.233,13
Saldo Aplicação Financeira	834.611,91	57.633,67
Caixa e Equivalentes de Caixa	911.513,83	75.916,80

4.2-Aplicações Financeiras: As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Taxa %	31.12.2014	31.12.2013
Banco do Brasil 9199-5	CDB DI SWAP	PO = 90,00%	834.611,91	-
Banco do Brasil 7954-55	CDB DI SWAP	PO = 90,00%	-	57.633,67
Total			834.611,91	57.633,67

4.3-Contas a receber: A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07) e 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **4.3.1- Valores a receber:** Os valores registrados nesta conta R\$ 5.070.646,00 em 2014 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 1.208/2014, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de São Paulo. **4.3.2- Estimativa Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2014, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

	Saldo Final em 31.12.2014	Saldo em 31.12.2013
Estimativa Rescisão Contratual	-em 453.873,62	-31.12.2013 149.931,87
Aviso Prévio indenizado	453.873,62	149.931,87
Multa FGTS Rescisória (50%)	210.139,86	155.360,36
Total	664.013,48	305.292,23

4.3.3 - Valores em Negociação Contrato/Convênio:

Representam outros valores a receber, relacionados à atividade principal da unidade gerenciada, correspondente a valores resultantes do resultado orçamentário da instituição. Por conta da Resolução CFC 1.305 (ITG), o valor será restituído ou compensado pelo órgão concedente até o final do contrato, a fim de contribuir com o equilíbrio financeiro da instituição. **4.4 -Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **4.4.1 - Adiantamento de Fornecedor:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente, o saldo em 2014 foi de R\$ 14.722,08. **4.4.2 - Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT).

4.4.3 - Outros Créditos de Adiantamentos: Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **4.5 - Despesas Pagas Antecipadamente:** As despesas antecipadas são aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes. Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelo valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **4.6- Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total dos estoques no exercício de 2014 é de R\$ 57.472,37.

Tipo	31.12.2014	31.12.2013
Materiais utilizados no setor de Nutrição	485,32	555,24
Materiais utilizados no setor de Farmácia	7.830,06	7.792,25
Materiais de Almoxarifado	49.156,99	41.278,37
Total	57.472,37	49.625,86

4.7-Imobilizado: O imobilizado da SPDM - Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2013	Aquisição	Baixa/Transferencia	Posição em 31/12/2014
Imobilizado-Bens de Terceiros	539.751,31	-	-	539.751,31
Bens Móveis	539.751,31	-	-	539.751,31
Aparelhos Equipamentos Utensilios Medicos Odontologicos Laboratoriais	69.577,49	-	-	69.577,49
Equipamentos Processamento de Dados Mobiliario em Geral	216.438,57	-	-	216.438,57
Maquinas Utensilios e Equipamentos Diversos	196.952,36	-	-	196.952,36
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	39.092,44	-	-	39.092,44
Aparelhos e Utensilios Domesticos	769,00	-	-	769,00
Equipamentos para Audio Video e Foto	5.145,30	-	-	5.145,30
Total Imobilizado - Terceiros	539.751,31	-	-	539.751,31

Descrição	Posição em 31/12/2013	Aquisição	Baixa/Transferencia	Posição em 31/12/2014
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(335.721,18)	(37.859,47)	-	(373.580,65)
Bens Móveis	(335.721,18)	(37.859,47)	-	(373.580,65)
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(38.410,75)	(6.862,34)	-	(45.273,09)
Equip Processamento de Dados	(192.543,78)	(5.623,75)	-	(198.167,53)
Mobiliario em Geral	(79.047,02)	(19.695,16)	-	(98.742,18)
Maquinas Utensilios e Equipamentos Diversos	(17.224,24)	(3.909,21)	-	(21.133,45)
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	(440,10)	(76,90)	-	(517,00)
Aparelhos e Utensilios Domesticos	(2.611,62)	(514,52)	-	(3.126,14)
Equipamentos para Audio Video e Foto	(5.443,67)	(1.177,59)	-	(6.621,26)
Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros	(335.721,18)	(37.859,47)	-	(373.580,65)

Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **4.8-Fornecedor:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **4.9-Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços gerais como limpeza e vigilância, portaria, remoção de pacientes e serviços de reforma. **4.10-Salários a Pagar:** De acordo com o artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **4.11-Contribuição a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e Contribuição Sindical. **4.12-Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT, serviços médicos prestados e ISS sobre serviços médicos prestados. **4.13-Provisão Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º Salário):** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de Férias	(399.035,36)	154.998,87
Provisão de FGTS sem Férias	(31.922,83)	(12.399,91)

4.14- Estimativas de Rescisão Contratual: A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2014, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, vide quadro demonstrativo na nota 4.3.2.

4.15-Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para

Passivo Contingencia - 2014

Trabalhista			Cível			Tributária		
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
-	31.000,00	-	-	-	-	-	36.000,00	-

4.19-Outras Contas a Pagar. Os valores evidenciados abaixo, se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Diversos a pagar	623.828,47	8.262,77
Provisão de Despesa	2.728,08	9.824,60
Total	626.556,55	18.087,37

4.20-Convênio/Contratos Público a Realizar. De acordo com a Resolução 1.305/09 (Aprova a NBC TG 07) e Resolução 1.409/12 (que aprova a ITG 2002), a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no contato de gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade fim. O saldo a realizar em 31.12.2014 representa R\$ 5.242.594,63 a serem realizados nos respectivos exercícios, até o final do convênio em Agosto/2015. **4.21- Bens de terceiros:** O imobilizado da NGA Santa Cruz é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para os quais possuímos documentos de permissão de uso. Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". Vide nota explicativa 4.7. **4.22-Financiamentos/Empréstimos/ Parcelamentos:** Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido "pro rata temporis", de acordo com o prazo de pagamento do empréstimo estipulado em contrato.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Taxa %	Prazo	31/12/2014	31/12/2013
Bradesco	Capital de Giro	1,35	31 Dias	1.096.200,00	-
Total				1.096.200,00	-

4.23- Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15ª), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". **4.24- Contas de Compensação:** Em 2013 contabilizamos neste grupo de contas os bens adquiridos pela unidade gerenciada representando o montante de R\$ 539.751,31 (Ativo e Passivo). Os ativos permanentes são adquiridos com recursos públicos fornecidos pela Secretaria da Saúde de São Paulo e por força de contrato deverá ser devolvido ao estado ao término do contrato predeterminado, o qual denominamos de Bens de Comodato, no montante de R\$ 539.731,31. Para melhor controle interno, em 2014 os saldos de 2013 foram transferidos para contas do Ativo e Passivo- Bens de Terceiros. **4.25 Outras Contas do Ativo e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **4.26-Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado. **5-Origem e Aplicação dos Recursos:** Correspondem a

ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **4.16-Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2014 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ R\$ 4.442,76e em 2013 foi de R\$ 2.697,08. **4.17-Empréstimo de Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece a seus funcionários o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2014 representa R\$ 3.180,49. **4.18-Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. No exercício de suas atividades de prestadora de serviços em 2014, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. As ações onde a possibilidade de perda era tida como "provável", o montante chegou a R\$ 31.000,00. As ações cíveis cuja probabilidade de perda era tida como "remota" o montante foi de R\$ 0,00 e para ações fiscais cuja probabilidade de perda era tida como "possível" o montante chegou a R\$ 36.000,00 conforme quadro abaixo:

Trabalhista			Cível			Tributária		
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
-	31.000,00	-	-	-	-	-	36.000,00	-

valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **5.1-Das Receitas Operacionais:** As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores aplicados diretamente pela Entidade para os quais o uso é restrito, representados pelos Contratos de Gestão, Convênios Públicos e outros tipos de Assistências Governamentais. Em 2014 o montante aplicado foi de R\$ 5.473.932,11.

5.2-Custos e Despesas Operacionais: Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **5.3-Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2014 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 1.336,20, enquanto que em 2013 foi de R\$ 260,00. **5.4- Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos.:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2014, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

	R\$
CNPJ nº 61.699.567.0017/50	950.160,00

Convênios/Contratos

CONVÊNIO 451/2013	R\$
CONVÊNIO 1.208/2014	3.621.890,00

6-Resultado do Exercício: Em virtude da aplicação de outros itens da resolução o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição para aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. A instituição em 2014 apurou entrada de repasses mais rendimentos aplicação financeira e outras receitas no montante de R\$ 4.600.204,28 (Quatro Milhões Seiscentos Mil Duzentos e Quatro Reais e Vinte e Oito centavos) e seus recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional/assistencial da unidade gerenciada, correspondente a R\$ 5.502.086,39(Cinco Milhões Quinhentos e Dois Mil Oitenta e Seis Reais e Trinta e Nove Centavos) considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma, se houvesse apuração de déficit ou superávit do exercício, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de R\$ -901.882,11 (Novecentos e Um Mil Oitocentos e Oitenta e Dois Reais e Onze Centavos). Esse desequilíbrio financeiro pode estar associado à demanda de atendimento dos serviços de saúde, políticas de gestão ou pela ausência de recursos financeiros para a manutenção do custeio da unidade, variáveis influentes no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato/convênio. **7-Das Disposição da Lei 12.101 e Portaria 1.970:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade com o estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo

continua ➤

➤ **continuação**
Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). A fim de cumprir o estabelecido, tomaremos por base a matriz da SPDM por ser esta a única unidade que tem convênio direto com o SUS, sendo que, as demais filiais, apesar de atenderem em sua grande maioria exclusivamente ao SUS, não possuem convênio direto e sim contratos de gestão e convênios com Estados e Municípios. De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% (dez por cento) dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2014, o Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz apresentou a seguinte produção:

Tipo de Atendimento		Total
Número de Consultas Ambulatório		59.724
8-Relatório da Execução do Convênio.		
Produção Assistencial		
Linhas de Contratação	Contratado	Realizado
	2014	2014
Internação	-	-
Hospital-Dia	-	-
Ambulatório	49.430	59.724
Urgência/Emergência	-	-
SADT Externo	-	-
Total	49.430	59.724
Resultado Contábil	Receitas 2014	Despesas 2014
	6.521.982,03	6.521.982,03

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M.

Ata da 20ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas: Data, Horário e Local: Ao 15º dia do mês de abril de dois mil e quinze, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 – Vila Clementino – SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Paulo Bandeira Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Hercílio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convidados: Superintendentes:** Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2014 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestões Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014 Consolidado da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Filiadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odemelo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana

Parecer da Assembleia Geral dos Associados: A Assembleia Geral dos Associados da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014, Consolidado da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Filiadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odemelo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana

Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014 Consolidado da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odemelo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana

Relatório dos Auditores Independentes: A Diretoria. 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana, que compreende o Balanço Patrimonial em 31/12/2014, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para

9-Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22 de junho 2012, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas.

9.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados: Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2014, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 855.420,79. Em 2013, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 507.727,13. **9.2- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2014 atingiu um montante de R\$ 256,90. Em 2013 o referido valor de receita totalizou R\$ 242,16. **9-3-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2014 foi de R\$ 164.217,95. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2013, esse montante foi de R\$ 82.683,65. **9.4-Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pes-

Dr. Katsumi Osiro - Diretor Técnico - CRM 15.053

Odemelo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI – Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) –, PABSF A.P. 3.2 (A.P 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P 1.0) . Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2014. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15 de Abril de 2.015. Prof. Dr. Ronaldo Ramos ; Dr.ª Maria Inês Dolci; Prof. Dr. Paulo Bandeira Paiva; Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo.

Washington de Oliveira da Silva - Contador - CRC 271587/O-9
Odemelo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI – Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) –, PABSF A.P. 3.2 (A.P 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P 1.0). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 23 de Abril de 2.015. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M. Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI – Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) –, PABSF A.P. 3.2 (A.P 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P 1.0) . Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 10 de Abril de 2.015. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro; Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi.

a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina – Núcleo de Gestão Assistencial Santa Cruz Mariana em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2014, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 17/03/2015. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3; **Ricardo Roberto Monello** - Contador - CT- CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI-SP-1619; **Alexandre Chiaratti do Nascimento** - Contador - CRC/SP 187.003/O-0-CNAI-SP-1620

D. P. AJUDARTE S/A

CNPJ/MF 03.928.555/0001-96

Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2014 (valores em reais)

Balanço Patrimonial		Demonstrações do Fluxo de Caixa		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
				Capital Social	Reserva de Lucro	Reserva Legal	Total
Ativo Circulante	3.827.306,43	A) Das Atividades Operacionais					
Caixa e Bancos	139.684,37	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	1.618.472,43				
Realizável a Curto Prazo (Clientes)	3.472.238,12	Ajustes para conciliar às disponibilidades					
Estoques	156.028,40	geradas pelas atividades operacionais					
Impostos Recuperação/Adiantamentos	59.355,54	Depreciação	1.638.370,66				
Ativo Não Circulante	5.718.604,18	Lucro Ajustado	3.256.843,09				
Imobilizado	5.718.604,18	Variação do Ativo Circulante					
Total do Ativo	9.545.910,61	Clientes	(2.512.033,75)				
Passivo Circulante	2.737.737,31	Estoque	(156.028,40)				
Fornecedores	326.047,93	Demais contas do Ativo	353.482,97				
Empréstimos e Financiamentos	1.584.152,88	Fornecedores	(2.169.920,29)				
Obrigações Trabalhistas e Sociais	171.125,89	Impostos sobre Receita	572.450,37				
Obrigações Tributárias	640.782,89	Demais Contas a Pagar	(162.305,72)				
Dividendos a pagar	15.627,72	Caixa Atividades Operacionais	(817.511,73)				
Passivo Não Circulante	2.084.646,45	B) Das Atividades de Investimentos					
Empréstimos e Financiamentos	2.084.646,45	Aumento de Investimento	(617.461,83)				
Patrimônio Líquido	4.723.526,85	Caixa Atividade Investimento	(617.461,83)				
Capital Social	300.000,00	C) Das Atividades de Financiamentos					
Reservas	4.423.526,85	Aumento de Financiamento	1.569.279,63				
Total do Passivo	9.545.910,61	Caixa Atividades de Financiamentos	1.569.279,63				
		Variação do Caixa e Equivalente	134.306,07				

monstrações Financeiras e encontram-se a disposição na Sede da Companhia.

Diretoria Diretores: Roque Dalcin e Gustavo José Ajudarte.
Contador Jose Francisco Ranhel Ribeiro - CRC 1SP148983/O-0